



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

11/06/2018 - 24ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) - Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, boa noite. É um prazer recebê-los aqui para a nossa 24ª Reunião - 7º Painel do ciclo de debates.

Hoje é segunda-feira, 11 de junho.

Vamos iniciar exatamente no horário, às 18h.

Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Passo à nossa pauta.

Iniciando a nossa pauta de hoje e agradecendo às senhoras e aos senhores aqui presentes, hoje cumprimos uma etapa do Ciclo de Debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do Requerimento nº 2, de 2018, em 1º de março de 2018.

Neste 7º Painel de debates do ano, o tema abordado será "O Protagonismo Chinês e a instabilidade no Mar da China", assunto extremamente relevante.

Participam como conferencistas: o Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Duisburg-Essen, na Alemanha, e Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, Prof. Dr. Oliver Stuenkel; e o Doutor em Ciência Política pela USP e Professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco, Prof. Dr. Alexandre Ratsuo Uehara.

Eu gostaria de cumprimentá-los e de convidá-los para fazerem parte desta Mesa, agradecendo, antecipadamente, a presença de cada um e dando nossas boas-vindas.

Participação popular. Como se trata de um evento público e transmitido pelos canais de comunicação do Senado Federal, a população brasileira poderá participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet no portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento ainda que é possível acompanhar ao vivo nossa reunião pela TV Senado e, inclusive, pela internet. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Esclareço que cada conferencista disporá de 20 minutos para sua exposição inicial.

Durante essa fase de debates, a Presidência transmitirá também aos expositores as observações e perguntas que chegarem dos internautas.

Para dar início ao painel, concedo a palavra, primeiramente, ao Prof. Oliver Stuenkel - recordando, são 20 minutos para cada um -, Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Duisburg-Essen e Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas. O senhor tem vinte minutos.

O SR. OLIVER STUENKEL - Muito obrigado, Senador, Senadores.

Há várias pessoas conhecidas aqui.

É um grande prazer discutir esse tema importante, um tema que, no Brasil, ainda recebe pouca atenção. Como eu tenho escrito ao longo dos últimos anos, acredito aqui, e vou apenas repetir isso brevemente, que o Brasil deve ser talvez um dos países menos preparados para a chegada de um mundo asiacêntrico. O conhecimento, na sociedade, sobre a Ásia, sobre a China é muito limitado. O número de sinólogos no Brasil é pequeno. A percepção de que a China hoje é um ator decisivo ainda não é tão divulgada como deveria ser. Mas a gente percebe, cada vez mais, que, sem uma compreensão sofisticada da China, o Brasil não consegue fazer sentido das novas dinâmicas na ordem internacional, nem sequer consegue fazer sentido da política doméstica.

Uma colega minha da Fundação Getúlio Vargas, Prof^a Daniela Campello, recentemente publicou um livro que mostra que há uma forte correlação entre o preço das *commodities* internacionais e o resultado de eleições presidenciais no Brasil. Quando o preço de *commodities* é alto, o governo se reelege com facilidade. Quando o preço da *commodity* cai, governos tendem a perder a eleição. Quem hoje determina o preço das *commodities* obviamente é a China, ou seja, nós não conseguimos fazer sentido das eleições no Brasil, do cenário eleitoral brasileiro sem ter uma compreensão. Obviamente, a China também é ator-chave para a política regional brasileira. É o ator mais influente hoje na Venezuela, um país cuja crise chega a afetar o interesse nacional do Brasil. E, da mesma maneira, não há como pensar sobre o projeto regional, sobre como superar as barreiras que ainda existem na América do Sul sem levar a China em consideração. Então, nesse sentido, é importante que, ao longo dos próximos anos, o Brasil possa dedicar recursos para melhorar e para superar essa ignorância que ainda marca, acima de tudo, essa relação bilateral.

A sociedade como um todo continua dando uma ênfase muito grande aos Estados Unidos. Eu mesmo tenho uma luta diária com meus alunos para convencê-los de que é preciso fazer intercâmbio na China, estudar a China, estudar chinês. Quando meus alunos ocuparem um papel-chave na sociedade, a China será muito mais importante do que os Estados Unidos. Já é, desde 2009, o principal parceiro comercial do Brasil e isso aumentará cada vez mais.

Eu queria aqui brevemente, antes de falar sobre a situação no mar do sul da China, falar sobre o final de semana passado, dias de grande impacto, de grande simbolismo para a ordem internacional. Vale lembrar que estamos encarando a maior crise do G7 em décadas, uma instabilidade, uma imprevisibilidade importante e, hoje, com os Estados Unidos atuando como um fator que dificulta prever os rumos do cenário internacional. Então, eu quero aqui brevemente falar sobre essa situação e, depois, desmistificar e talvez questionar um pouco a afirmação de que, em função da ascensão do protecionismo, a gente vai ver o fim da globalização, que a gente vai ver uma onda de protecionismo.

Temos fortes indícios de que há uma reação positiva por governos ao redor do mundo. O Brasil está em um momento de abertura também. Mas a situação muito peculiar dos Estados Unidos, de se fechar, de olhar para dentro, não terá, a meu ver, repercussões tão grandes, como muitos pensam hoje. A China continua defendendo a abertura comercial, a União Europeia também. Temos uma expectativa de concluir o acordo de comércio entre o Mercosul e a União Europeia em breve. E tudo isso indica que temos um deslocamento de poder não só econômico, mas também político para a China. Ou seja, cada vez, é mais fundamental que a gente entenda as dinâmicas nessa região.

Depois, vou falar sobre o desafio chinês no mar do sul da China, na vizinhança e, brevemente, falar sobre as implicações que isso tem para o Brasil.

O tema que talvez me pareça mais importante ressaltar é que a velha distinção entre esquerda e direita nos Estados Unidos não funciona mais. A gente vê claramente uma ascensão de um nacionalismo, de um populismo na região. Cada vez mais, a dicotomia entre globalismo e nacionalismo, o papel dos Estados Unidos na definição dos grandes temas vai diminuir. Cria-se brevemente um vácuo de poder e uma oportunidade para que outros países possam de fato preencher esse vácuo. E isso não é apenas uma questão do presidente atual. Ele não mudou a política. Havia já um viés nacionalista crescente no país. É pouco provável que o fim do governo dele ou uma saída daqui a três anos ou sete anos mudará esse cenário de que os principais motores da continuação da globalização estarão cada vez mais em outros lugares. Cabe, portanto, a outros países, à União Europeia, à China, ao grupo BRICS e aos governos norte-americanos continuar esse processo e defender a continuação da abertura comercial.

Como eu já disse, quando a gente viaja pela Ásia, o desencanto com a globalização não está visível da mesma maneira. O governo chinês continua com um projeto de abertura e a gente vê uma reação positiva ao Tratado Transpacífico, por exemplo, que continua sem os Estados Unidos. Isso são avanços importantes. Então a gente não deve achar que apenas porque a gente vê essa transformação nos Estados Unidos verá uma onda de protecionismo.

Então, o que me parece importante e por que eu falo desse tema antes de falar sobre a situação no mar do sul da China? Porque a decisão de se fechar e de não mais defender a globalização terá graves consequências para a capacidade dos Estados Unidos de ter impacto no quesito de segurança internacional. Vale a pena aqui lembrar que o principal trunfo na barganha com outros países dos Estados Unidos é o acesso ao mercado americano. Uma vez que os Estados Unidos não

conseguem mais oferecer isso, o seu impacto, a sua capacidade de convencer os seus aliados a se manterem perto dos Estados Unidos diminui. A gente vê isso claramente ao longo dos últimos anos, quando, por exemplo, os Estados Unidos montaram uma campanha diplomática para convencer outros países a não fazerem parte do banco asiático de investimento em infraestrutura, um banco liderado pela China. E a gente acabou vendo que a grande maioria dos países, apenas com exceção do Japão e da Coreia do Sul, acabaram não participando desse banco, mas todos os outros países, inclusive aliados de longa data, decidiram se juntar a esse banco liderado pela China.

A gente vai ver que cada vez mais, nesse sentido, a China participará, portanto, de debates não apenas como participante, mas como um ator que decide quais serão os temas discutidos. Então, nesse sentido, essa relação será importante. E a Ásia se torna cada vez mais o centro do debate político global.

Vale também obviamente lembrar, todos nós sabemos disso, que a gente está apenas voltando à antiga distribuição de poder que nós tivemos por grande parte dos últimos mil anos. Esse mapa global mostra que a população dentro do círculo é maior do que a população fora dele. Então, há uma grande concentração demográfica na Ásia. E agora, em função da aproximação do PIB *per capita* das pessoas que vivem dentro desse círculo, obviamente a gente verá que esse círculo também será a região central para definir os rumos globais. Por isso, me parece importante... Quando eu falei com vários colegas, eles disseram: "Mas por que o Senado se importa com a situação na Ásia, no mar do sul da China?" Isso é fundamental, me parece importante inclusive a gente promover debates assim.

Paradoxalmente, eu acho que o governo talvez seja a parte que jamais tem consciência dessa tendência. Eu me preocupo muito, talvez, com a imprensa brasileira, com a sociedade civil, com as universidades, que têm muita dificuldade de se adaptar a essa nova realidade. Não há nenhum grande jornal brasileiro que tem correspondentes permanentes nessa região. Isso é gravíssimo, porque a gente recebe as notícias dessa região com 24 horas de atraso e em uma tradução medíocre. E, como a gente vê agora, com situações como o Trump ter acesso a informações de maneira direta, isso é importante. E a maneira como, por exemplo, um europeu ou um americano interpreta essa região talvez não seja a mesma maneira como alguém com o olhar do Brasil, da América Latina interpreta essa questão. Então, é importante promover isso, e, infelizmente, em função das dificuldades logísticas, há muitas barreiras. Vale a pena lembrar que as três grandes cidades do mundo mais longe de Pequim na Terra são São Paulo, Santiago e Buenos Aires. Não há outras cidades mais longe de Pequim do que as cidades latino-americanas. Portanto, os obstáculos e as dificuldades que os acadêmicos, os sinólogos que aqui estão, na América Latina, enfrentam são maiores do que de qualquer outro sinólogo do mundo.

Em função disso, o Brasil precisa fazer um esforço muito grande para acabar com essa assimetria de conhecimento que marca ainda as relações, que marca o debate aqui. A maioria dos livros escritos sobre essa região, de novo, são traduzidos.

Eu contei essa anedota aqui para vários colegas já, mas vale a pena repetir. Durante a minha última viagem para China, quando promovi um livro que foi traduzido para o chinês, eu aceitei participar de um debate em uma universidade no interior da China sobre o Brasil. Agora, eu não sou especialista na política brasileira, mas falei: olha, eu consigo me defender mais ou menos. Então, fiz uma apresentação geral e, depois, um aluno na última fileira levantou a mão e disse: "Como o senhor avalia a atuação do PMDB no Estado do Rio de Janeiro e como isso impacta a dinâmica? E como o senhor acha que o deslocamento de poder para o Centro-Oeste afeta a posição brasileira nas negociações de comércio?" Esse é o tipo de debate que se tem na China sobre o Brasil. E não há ninguém, ousou dizer aqui, na academia brasileira que poderia fazer uma pergunta tão sofisticada sobre a política interna chinesa.

O impacto, de novo, disso é que a gente fica sabendo de detalhes com um atraso que, às vezes, pode ser decisivo, o que limita a capacidade de empresas brasileiras a identificar tendências, a reduzir o risco de que eles sejam pegos por situações geopolíticas que afetam os interesses de investidores brasileiros. Então, isso já afeta diretamente o interesse de atores brasileiros.

Então, brevemente, para falar aqui do assunto, temos uma situação muito complexa na Ásia, sobretudo em função da ausência de instituições. Em outras partes do mundo, temos muitas plataformas nas quais diplomatas, representantes de governos podem manter contato e reduzir o risco de mal-entendido. O risco do mal-entendido me parece, nessa região, talvez o maior elemento que pode causar um conflito, mesmo que não existam de fato problemas incontornáveis. Quando a gente olha para a história da Primeira Guerra Mundial, a gente vê que, com a presença de uma União Europeia, talvez esse conflito pudesse ter sido evitado, mas houve vários elementos aí que causaram erros de comunicação, que dificultaram o acesso à informação sobre os governos. Então, isso aqui é um risco sério.

Há uma forte presença de elementos nacionalistas, há disputas territoriais e ninguém pode parecer fraco. Quando a gente tem a presença de elementos nacionalistas fortes, é possível que a elite política até estivesse disposta a ceder, a chegar a um compromisso, mas muitas vezes é a pressão pública e popular que impossibilita esse tipo de dinâmica.

Para resumir, temos aqui uma situação de várias ilhas que são disputadas por vários países. E a China, tornando-se uma das principais potências do mundo e, em breve, a maior potência, tem a convicção e se vê no direito de estabelecer uma esfera de influência, como todas as grandes potências no passado têm feito - é um pouco parecido, talvez, com o Caribe no caso dos Estados Unidos, América Central. E, de fato, isso gera uma tensão, dado que os Estados Unidos têm investido muito nas alianças, nas parcerias com os países que estão perto da China, de fato, para limitar a capacidade chinesa de consolidar sua influência na região, porque o raciocínio americano é muito claro: enquanto a China precisar dedicar toda a sua atenção à sua vizinhança, terá menos tempo e capacidade de articular um projeto global.

A grande vantagem na história da política externa americana tem sido que não há nenhuma grande potência perto dos Estados Unidos. Então, desde o início, os pensadores e a diplomacia americana conseguiam pensar grande, porque não havia um país perto dos Estados Unidos que estivesse ameaçando sua integridade territorial; ou seja, os Estados Unidos estão protegidos por dois grandes oceanos, o que tem sido um dos elementos-chave para explicar a relativa facilidade com que os Estados Unidos conseguiram projetar seu poder, mesmo longe das suas fronteiras.

A China não tem esse privilégio, e, em função disso, a maioria dos pensadores sobre relações internacionais e política externa que estão na China pensam sobre sua relação com países na região. Esse é um tema que aparece muito mais no debate doméstico chinês. E, de certa maneira, a chegada da China como grande potência está intimamente ligada ao seu controle do Mar do Sul da China, que a gente vê aqui com vários outros países, como a Malásia, como o Vietnã, como as Filipinas e a Indonésia, disputando esse espaço.

É apenas parcialmente uma questão econômica. Existem aí obviamente temas importantes de petróleo, de acesso a alimentos, etc., mas, acima de tudo, trata-se de uma questão geopolítica. A China pensa o tempo inteiro em possíveis cenários de conflito; pensa o que aconteceria se, em algum momento, os Estados Unidos não aceitassem sua ascensão; pensa em como a gente reage em um momento em que pode haver um conflito, e o controle dessa região é chave na concepção chinesa.

Em função disso, seu principal objetivo estratégico é a redução da presença militar dos Estados Unidos, que obviamente gera uma angústia grande em países como o Japão, que tem uma aliança forte com os Estados Unidos, mas que agora está começando a questionar o compromisso que os Estados Unidos têm, sobretudo em função do governo Trump, que, vamos dizer, tem uma estratégia imprevisível, que é sobretudo preocupante para seus principais aliados, que delegaram sua proteção para os Estados Unidos, como a Alemanha, mas também como o Japão, por exemplo.

Eu não vou entrar em muitos detalhes, porque a ideia é mais fazer uma apresentação geral e, depois, responder a dúvidas específicas. Temos aqui a visão da complexidade da quantidade de atores que, de certa maneira, estão reivindicando partes dessa região, e, obviamente, a construção de ilhas e a ocupação delas é chave nesse sentido. A China constrói, por exemplo, bases militares em parte dessas ilhas, para, de fato, consolidar a sua visão de que essa região deve ser controlada pelo governo chinês.

O risco disso, como eu disse, obviamente, é que pode haver interpretações diferentes sobre o que é uma violação, uma invasão, por exemplo, no território nacional; há um risco grande nesse sentido. Os Estados Unidos, repito, têm tratados de autodefesa mútua com os países da região...

(Soa a campanha.)

O SR. OLIVER STUENKEL - ... e já tivemos - já vou terminar - vários casos, quando aumentaram muito as tensões, porque aeronaves americanas entraram em um espaço que a China considera seu.

Então, o grande objetivo, neste caso agora, é estabelecer mecanismos que possam reduzir a tensão em momentos de complicação, estabelecer linhas diretas de comunicação para evitar esse tipo de conflito, que, repito, teria um impacto brutal sobre a economia global.

Ao meu ver, o grande argumento americano é que, em função do seu regime político ou em função da ameaça que a China gera para os seus vizinhos, ela terá dificuldades em criar alianças.

(Soa a campanha.)

O SR. OLIVER STUENKEL - Eu acho que isso é pouco provável, porque, de fato, a dependência econômica dos vizinhos da China aumenta cada vez mais. A gente vê claramente que, do ponto de vista econômico, a China tem um peso cada vez maior, e os Estados Unidos têm dificuldades em competir com isso.

Eu vou aqui apenas pular para a última questão. É muito pouco provável que tenhamos um conflito a curto prazo. A China quer, obviamente, evitar um confronto. Neste momento, ela ainda é inferior do ponto de vista militar. E pensadores dominantes, por exemplo, pensadores realistas, como John Mearsheimer, recomendam que os Estados Unidos fortaleçam

sua aliança, uma aliança contra a China na região, uma espécie de Otan da Ásia, conectada aos Estados Unidos, do ponto de vista geopolítico.

A saída dos Estados Unidos do Tratado Transpacífico, obviamente, reduziu a presença dos Estados Unidos na região, e há várias dificuldades com isso. O custo de manter uma aliança antichina pelos Estados Unidos é altíssima. Os membros dessa aliança têm intenções entre si. Então, parece-me pouco provável que os Estados Unidos, de fato, consigam manter a influência que tiveram ao longo das últimas décadas.

Parece-me que a grande questão, o grande tema vai ser se os Estados Unidos aceitam, de fato, a redução do seu papel na Ásia ou se, em algum momento, um futuro governo reagirá de maneira que se possa iniciar um conflito. Por exemplo, num cenário de uma retomada de Taiwan, há vários elementos aí que serão cruciais, porque, a partir do momento em que os governos da região percebem que o compromisso de segurança dos Estados Unidos já não vale, isso pode levar a uma corrida armamentista. Países como Japão e Coreia do Sul poderiam desenvolver armas nucleares rapidamente para se protegerem, nesse sentido, contra a China.

Apenas para encerrar, as implicações disso são claras. A gente precisa acompanhar essa situação de perto. É preciso investir mais recursos para ter uma compreensão de perto, fortalecer as embaixadas que lá existem. Eu lembro que, 15 anos atrás, o Brasil abriu uma embaixada na Coreia do Norte e foi duramente criticado à época. Eu visitei essa embaixada cinco anos atrás. É fundamental não só manter essa embaixada, mas fortalecer a presença lá.

Esses são pontos que, à primeira vista, têm pouca relevância econômica para o Brasil, mas é importante haver postos diplomáticos que possam recolher informações estratégicas, chave, para evitar que o Brasil esteja despreparado numa situação de conflito.

Então, vou parar por aqui.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) - Eu gostaria muito de agradecer a palestra do Oliver Stuenkel, que realmente foi brilhante aqui, na sua exposição. Muito obrigado.

Eu gostaria de convidar a Deputada Federal Bruna Furlan para participar da Mesa. Ela também é da Comissão.

A SRª BRUNA FURLAN (PSDB - SP) - Querido Presidente, muito obrigada pela gentileza. Gostaria de cumprimentar o Dr. Alexandre, o Dr. Oliver. Ele é o meu professor e dessas meninas lindas aqui, na FGV - MBA de Relação Internacional. É um excelente professor. Aliás, todo o corpo acadêmico é extraordinário. E eu não estou aqui fazendo propaganda, não; estou só falando o que eu acho. Inclusive, a Gisela é Embaixadora e faz a relação institucional das Casas com o Itamaraty, e o Embaixador Eduardo Saboia, que foi agora sabatinado e vai para o Japão, ia fazer o curso também. Não fez porque estava com muito trabalho - lembra que a gente tinha conversado?

Então, Professor, não estou fazendo propaganda só na sua frente, não.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) - É um prazer termos aqui *(Fora do microfone.)* ...a nossa querida Deputada Bruna Furlan, que realmente é uma entusiasta da Comissão e é Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal.

Eu gostaria de registrar a presença do Embaixador da Palestina, o Sr. Ibrahim Mohamed Khalil Alzeben; do Embaixador de Luxemburgo, Sr. Carlo Krieger; do Embaixador da Bolívia, José Kinn Franco; do Embaixador do Chile, Fernando Schmidt Ariztía; do Primeiro-Secretário da África do Sul, Sr. Michael Mathebula; do Conselheiro da Embaixada da África do Sul, Sr. Schalk Willen Malan; do Conselheiro da República de Belarus, Sr. Aleksandr Shkatulov; da Embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do MRE; do Brigadeiro do Ar Vincent Dang, Subdiretor de Contratos e Convênios da Diretoria de Economia e Finanças. Muito obrigado pela presença dos senhores aqui.

Vamos dar prosseguimento agora, com muito prazer, passando a palavra para o Prof. Alexandre Ratsuo Uehara, Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco.

O senhor tem 20 minutos para a exposição.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE RATSUO UEHARA - Primeiramente, eu queria agradecer o convite para poder participar deste evento, poder falar um pouquinho sobre as reflexões que temos feito em relação à Ásia como um todo e à China, em

particular, e dizer que eu e o Prof. Oliver temos nos encontrado em algumas oportunidades, e acho que esses encontros têm feito com que a gente pense um pouco parecido, porque a minha apresentação está muito próxima à sua. Então, isso vai me poupar algum tempo em relação à apresentação.

Quero agradecer o convite ao Senador Pedro Chaves, representando a Comissão. É sempre uma honra poder compartilhar aqui o que a gente tem estudado.

Em particular, eu digo que há uma semelhança não aparente entre mim e o Prof. Oliver, porque, de igual forma, eu também sou descendente de europeu. Meu tataravô era holandês, tanto é que tenho parente de olhos azuis. Apesar de eu já não parecer mais nada holandês, eu tenho algum pé distante na Europa, alguma parte do sangue é europeu. Enfim, a semelhança não é só no conteúdo.

Vamos falar um pouquinho sobre a China.

Vou dar um enfoque um pouco diferente daquilo que o Prof. Oliver mencionou para dizer da importância que vejo hoje em estudarmos a Ásia, como ele mencionou.

O protagonismo chinês e a instabilidade no Mar da China. Particularmente, eu queria chamar atenção não só para o protagonismo chinês mas para a região como um todo. Nós tivemos, na segunda metade do século XX, um protagonismo japonês, pela economia japonesa, mas que não causou o mesmo impacto que tem hoje esse - vamos usar a terminologia chinesa; eles usavam primeiramente ascensão pacífica - chamado desenvolvimento pacífico. Então, esse desenvolvimento pacífico que a China vem promovendo acaba elevando não somente a posição chinesa, mas a região como um todo. É isso que a gente vai ver aqui agora.

Alguns pontos que eu queria levantar são a importância demográfica, econômica, ambiental e política envolvendo China e região. Se a gente pensar na Ásia, hoje, quando a gente olha para o mapa, muitas vezes pensa em China, Japão, Coreia - até porque hoje ocorre um encontro importante entre o Kim Jong-un e o Presidente Trump -, mas, a Ásia começa desde a pontinha das fronteiras com a Europa, praticamente, e segue todo esse continente asiático. Isso é importante, porque, quando a gente pensa na China hoje, temos que lembrar que eles já lançaram, poucos anos atrás, a nova Rota da Seda, e essa nova Rota da Seda envolve ou tem o planejamento de envolver também outras economias, indo agora no sentido do Oriente Médio.

Isso é importante se a gente pensar, por exemplo, na época da Guerra Fria, em que a Rússia basicamente ficou circunscrita, em suas relações econômicas, ao seu entorno; e a China não mais. A China já está no mundo. A China hoje já está nos Estados Unidos, já está no Brasil, já está na Europa e está ocupando espaços no Oriente Médio. E a África - vou mostrar daqui a pouquinho para os senhores -, que muitas vezes foi esquecida depois do colonialismo, quando a China pôs o pé na África, as pessoas acordaram e lembraram que lá há muita coisa a ser desenvolvida, compartilhada e cooperada. Agora, então, a China está abrindo um espaço, um canal de desenvolvimento para o Oriente Médio e também para a África.

Qual a importância que esse impacto vai ter daqui para frente? Se a gente olhar o mundo, desde que a gente conhece, em relações internacionais - a gente pode pegar aí a Vestfália, pode pegar um pouco o aspecto histórico das relações internacionais -, o mundo que nós temos hoje se desenvolveu envolvendo, vamos dizer assim, englobando 24% do mundo. Com 24% do mundo desenvolvido, nós destruimos o Planeta. Nós não temos hoje condições de falar qual vai ser o futuro da natureza, do meio ambiente para as futuras gerações. E agora nós estamos falando em envolver os outros 75% do mundo, que envolve a China, os países do Oriente Médio, como eu falei agora, a África - isso representa 75% do mundo.

Temos que lembrar que esses 25% ou 24% que hoje existem de consumo no mundo, que são de uma economia desenvolvida, conseguiram poluir os mares, conseguiram poluir o Planeta, conseguiram promover, apesar de o Sr. Trump dizer que não, alguma mudança no ambiente, no clima, e agora estamos falando em envolver os outros 75% do mundo, das pessoas do mundo, dos habitantes, com um padrão de consumo que vai subir. Imaginemos nós agora, daqui para frente, o que será termos esses 75% do mundo consumindo como nós brasileiros, aqui, nas grandes capitais? O que significa isso em termos de meio ambiente, o que significa isso em termos de ar, água e alimento? Só para nós pensarmos. Temos que lembrar que Ásia é a região do mundo que mais se desenvolve hoje em termos de crescimento econômico, e a África vamos ver também que é uma região importante.

Vou dar alguns números ali. De um lado, os países mais populosos do Planeta, os que estão em amarelo ou em laranja, são os que envolvem o continente asiático. Então, ali temos um grande número de países que são asiáticos, um grande número de países em que a renda *per capita*, com a exceção do Japão, é muito baixa. Então, quando eu falo que o impacto é grande é porque são muitas pessoas que têm uma renda *per capita* ainda baixa; com o desenvolvimento econômico, a tendência é que esse padrão de consumo se eleve; e a elevação desse padrão de consumo vai ter um impacto, pode ter um impacto bastante significativo, dependendo de como for o caminho dado a esse desenvolvimento econômico.

Então, temos que lembrar que a China ainda tem dois terços da população que precisa ainda ser envolvida; a Índia, uma grande parcela da população; a Indonésia, nem se fala; Paquistão; Bangladesh; mesmo a Rússia, neste momento, passa por momento difícil economicamente e tem ainda que ser incorporada. Então, percebemos que existe um potencial de crescimento econômico grande, o que projeta a Ásia para crescer muito mais do que hoje, mas, por outro lado, também nos preocupa esse crescimento econômico.

Nesse crescimento econômico, só para termos uma ideia do que significa a China hoje, em 1990 os Estados Unidos eram praticamente dez vezes o tamanho da economia chinesa; hoje, em 2017, os Estados Unidos são menos de duas vezes a economia chinesa. O Japão, em 1990, logo depois da Guerra Fria, ao final da Guerra Fria, era três vezes e meia o tamanho da economia chinesa; hoje, o Japão não chega a 50% da economia chinesa - para vocês terem uma ideia do que significa essa China no mundo hoje. Então, quando falamos da China como protagonista no século XXI, nós temos alguns números que nos ajudam a pensar o que significa a China para este século XXI.

O Kissinger, um autor, um pensador importante, um político importante dos Estados Unidos, já dizia que os primeiros 20 anos do século XXI representam um período de oportunidade estratégica para a China. E nós vimos que essas primeiras duas décadas realmente têm sido de uma projeção muito forte da China no mundo.

Quando olhamos um pouco mais abertos os dados estatísticos, percebemos que há uma ascensão de países asiáticos entre as maiores economias do mundo. Quando acabou a Guerra Fria, em 1989, nós tínhamos ali três países - pode-se colocar o Irã -, quatro países - enfim, era basicamente o petróleo -, e, se olharmos para 2017, percebemos que está havendo um crescimento no número de países asiáticos entre as principais economias do mundo. Eu coloquei a Austrália, porque também existe uma relação importante econômica com a China.

Então, percebemos que aquela região do mundo está crescendo mais economicamente, e eu tenderia a dizer que - nas minhas aulas, eu menciono - estamos observando uma possível "asianização" das relações internacionais. Vimos o mundo começar na Europa. Acho que não dá tempo de mostrar, mas, enfim, no mapa em que aprendemos a estudar, a Europa está no centro do mundo, o que não é por acaso. E lá na Ásia não se estuda assim. Lá na Ásia, os chineses estudam com a China no meio do mapa; o Japão estuda as relações internacionais com o Japão no centro do mapa. Então, podemos pensar que, de repente, as gerações futuras aqui, no Brasil, não terão mais a Europa no centro do mundo, mas eventualmente a China no centro do mundo, só para termos uma ideia dessa possível "asianização" que podemos ver daqui para frente.

Um outro dado interessante. Como eu falei para os senhores, para as senhoras, estamos vendo um crescimento econômico chinês forte principalmente nessas duas últimas décadas, com a China ganhando destaque, e, com a China, percebemos que há outros países também se beneficiando desse crescimento econômico. Então, se pegarmos a lista do Fundo Monetário Internacional e pegarmos os 20 principais países em termos de média de crescimento econômico, vamos perceber que são países ou asiáticos, ou africanos. E por que africanos? Exatamente porque a China tem hoje uma relação importante com a África. A China encontrou na África importante fornecedor de recursos naturais e tem feito com que esses investimentos, comércio tenham promovido também um desenvolvimento econômico africano.

Então, percebemos que a China crescendo até traz outros países juntamente com ela. E aí podemos até mesmo dizer do caso do Brasil: como o Prof. Oliver mencionou, quando a China entra no mercado para comprar minério, o preço do minério sobe. Nos últimos anos, a China precisou muito do minério, e nós tivemos o benefício de sermos exportadores líquidos de minério para a China. Então, a China crescendo tem feito com que a economia mundial e os países que estão relacionados a ela cresçam junto. E isso aqui projeta a possibilidade de termos aí uma Ásia e uma África crescendo mais rapidamente.

Quero dar alguns dados sobre por que os países africanos têm crescido. Basicamente, na relação com a China, dos investimentos que eu mencionei, o aumento do preço das matérias-primas, das *commodities*, que aconteceu nos últimos anos, e os países africanos tendo a China como principal mercado. E os investimentos chineses que para lá se canalizaram também contribuíram para as economias que, num primeiro momento, basicamente se relacionavam com a China. Mas, depois, dado o interesse não só dos chineses mas também de outras economias, isso acabou beneficiando as economias africanas como um todo. Então, percebemos que a África hoje também é um continente para ser olhado por nós brasileiros.

Posição da China no mundo hoje.

Como mencionei, a China é hoje não só uma economia que cresce bastante, ainda que tenha saído dos dois dígitos e agora esteja em torno de 7%, mas, se nós olharmos para o mundo, para as principais economias do mundo, a China está hoje entre os cinco primeiros parceiros comerciais em importação ou exportação - quando não é o primeiro ou o segundo. Então, percebemos que não dá para dizer que se vai aplicar uma política de isolamento à China, como o Presidente Trump algumas vezes mencionou - porque a China estaria atuando contra a economia americana -, porque a China está no mundo inteiro. A China hoje é dona de marcas multinacionais que estão presentes no nosso dia a dia. Estou vendo a Lenovo, que está aqui; a Motorola, que está aí; a IBM, que agora é Lenovo; carros chineses que estão no Brasil.

E não é só isso: a China hoje tem investido muito no seu sistema de ensino superior. Há uma reforma que foi feita, há um investimento forte na China. O governo chinês percebeu que aquela ideia de um governo ou de um país que se baseia em produtos chamados descartáveis - muitas vezes, tínhamos essa ideia aqui, no Brasil - já não é mais verdade. Boa parte dos produtos exportados pela China hoje são produtos com valor agregado, são bens de capital. E isso baseado em quê? No desenvolvimento dos seus recursos humanos na China. As universidades têm investido fortemente nisso lá na China. São estudantes que estão estudando em língua inglesa; são professores estrangeiros que são levados para a China para ensinar os chineses em língua inglesa; são universidades que estão investindo em tecnologia para competir com os europeus, com os americanos, com os japoneses, com os coreanos e inclusive conosco, brasileiros. Então, temos que prestar atenção que essa China está crescendo com uma projeção de médio e longo prazo, não é um fogo em pólvora, é algo realmente pensado.

Então, percebemos que a China já tem uma posição importante, e a tendência eu creio que seja, daqui para a frente, ela se fortalecer ainda mais e não enfraquecer. Existe muita contestação, existem questionamentos sobre se esse crescimento chinês seria sustentável. Na minha opinião, num ritmo menor, mas é sustentável, porque a China tem percebido as suas fraquezas e tem tentado desenvolver políticas para combater essas fraquezas.

Como eu falei, os impactos ambientais são muito importantes. Se olharmos para o mundo - o Prof. Oliver também mostrou o mapa com a ocupação da população - esse é um pouco da visão do verde que existia na Ásia e do verde que não existe mais na Ásia hoje, diante desse crescimento econômico que ocorreu nos últimos anos. Então, percebemos que é importante não só olhar para as emissões de gás de efeito estufa, pelo combustível que é queimado na China, mas também para o meio ambiente como um todo.

É importante que olhemos e percebamos que esse crescimento econômico, de um lado, é positivo, porque, quando a China cresce, abrem-se portas para as exportações do Brasil, mas, de um outro lado - temos que olhar de uma maneira mais abrangente, como o Prof. Oliver mencionou -, a globalização não para se os Estados Unidos resolverem fechar as suas portas. A globalização continua, e essa globalização envolve também questões climáticas, questões de meio ambiente, e precisamos estar atentos a isso para ver como podemos mitigar essas dificuldades, porque a tendência, na minha percepção, é ela aumentar à medida que a renda média da população na Ásia se amplie.

Este é um outro exemplo, rapidamente. Vamos ver o verde desaparecendo na região do Camboja, Tailândia e Vietnã. Então, fica claro e evidente que não é só uma percepção leviana, mas que realmente existe ali um impacto importante no meio ambiente.

Então, o crescimento chinês - e isso vimos acontecer na Ásia - vai levar agora, provavelmente, o seu braço para o Oriente Médio e também para a África. Qual o impacto que teria sobre a África esse desenvolvimento e industrialização que os chineses estão conduzindo pelo desenvolvimento econômico, pelos investimentos diretos chineses, pelas empresas chinesas que vão para a África? Que impacto isso teria para o mundo? São coisas para pensarmos, além da importância da China nesse contexto como um todo.

Aí, é interessante olhar - o Prof. Oliver também mencionou - o G7, a última reunião do G7, e essa figura aí, essa imagem...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS. *Fora do microfone.*) - Enigmática!

O SR. ALEXANDRE RATSUO UEHARA - O Trump contra todos os outros, o G6, ali. Isso pode significar alguma coisa. E, na verdade, todos estavam ali questionando-o em relação às tarifas que foram estabelecidas contra o aço e contra o alumínio. E mostra um pouco o afastamento que o Trump vem assumindo desde o momento em que chegou à Presidência. Os acordos de que ele saiu, que ele abandonou, seja o de Paris, seja o TPP; isso mostra um isolamento que vem acontecendo dos Estados Unidos, com o America First.

Tem acontecido, mas o que significa isso para o mundo? Na minha opinião, significa uma abertura de espaço para que a China ocupe o espaço por que ela não está brigando mais, porque os Estados Unidos estão dando de mão beijada. Enquanto, na história das relações internacionais, geralmente os países brigam pelo poder, pela liderança nacional, o Trump meio que está deixando essa liderança, porque, ao sair dos acordos internacionais. Quando saiu do Acordo de Paris, ele não quebrou o acordo com um país, ele quebrou o acordo com os outros cem países; quando ele saiu do acordo com o Irã, ele não quebrou o acordo com o Irã - ainda que argumente que seja o acordo com o Irã -, ele deixou o acordo que já foi assinado pela França, que foi assinado pela Alemanha, que foi assinado por outros países. Então, não é só um acordo com o Irã. Então, temos que pensar que, ao fazer essa tomada de decisões, ele está deixando muita coisa para trás e um espaço importante para a China.

Estes são os acordos que eu mencionei. Há o TTPP, de que ele saiu, e os argumentos. No TTPP, teríamos vários países... E a ideia, naquele momento, quando o Obama negociava, era pensar algo que pudesse conter esse crescimento chinês. E o Trump abriu mão. Eu não sei se ele não sabia da lógica toda dos anos de negociação - foram oito anos de negociação

- que ele abandonou numa canetada. Quanto ao Acordo de Paris, a mesma coisa. Quer dizer, ao sair do Acordo de Paris, os outros países acabam tendo que assumir essa situação - eu creio que seja inevitável.

Questões internas de protecionismo, como vieram acontecendo agora, também fazem com que... A China, quando ingressou na OMC, era um país muito contestado em relação ao custo da mão de obra, ao trabalho escravo, e hoje os países europeus acabam tendo que se alinhar com a China para poder defender uma questão que os Estados Unidos colocaram na mesa. Eles colocaram o bode na sala, e agora esse bode tem que ser tirado pela China, inclusive - a China vai ter que ajudar a tirar esse bode da sala. Então, de novo, a China foi colocada numa posição de liderança.

Em relação às disputas, não vou entrar muito nas questões. Só acho interessante uma frase...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE RATSUO UEHARA - ... uma questão interessante no que tange a essas disputas. Dizem a seguinte história. Deng Xiaoping foi às Filipinas, e o Presidente Filipino mencionou a seguinte frase: "Se você olhar o mapa, Deng Xiaoping, as ilhas em disputa estão mais perto das Filipinas do que da China. Então, lógico, as ilhas são filipinas." Aí Deng responde: "Se você olhar bem o mapa, as Filipinas são uma ilha perto da China." E realmente, olhando o tamanho, as Filipinas são uma ilha perto da China.

Enfim, aí há algo semelhante que mostramos, as várias situações de conflito que existem; não é só uma questão chinesa. Deixe-me avançar aqui.

Quero só mostrar que a questão do Mar do Sul da China não é só chinesa; os outros países ali têm outras estruturas já construídas: o Vietnã construiu 29; a Malásia, 5; Filipinas, 8; e Taiwan, 1. Então, não é só a China que está construindo. Também não vamos só satanizar a China. Vamos perceber que outros atores também têm atuado na região ali.

Só para finalizar, em um minutinho, o que eu considero importante em considerações para o Brasil diante desse cenário? Olhar para o século XXI de que maneira? Como eu falei, vejo a China ganhando importância em várias áreas das relações internacionais - importância econômica, importância demográfica, importância nas questões ambientais, importância nas políticas de segurança, no comércio -, e não dá para deixar a China fora do nosso espectro de análise e de interesse brasileiro.

Como eu falei, nós no Brasil estudamos muitas vezes, ou desde sempre, o mundo desta forma: com a Europa no centro do mundo. E para o século XXI, a minha proposta, que eu tenho defendido com os alunos, os meus estudantes, é que nós temos que pensar o mundo a partir da nossa perspectiva, como o Prof. Oliver mencionou, não podemos mais olhar para o mundo a partir dos olhos dos outros; não podemos ficar apenas lendo uma literatura traduzida pelos americanos ou pelos europeus. Nós temos que ter a nossa própria visão. Temos que ir à Ásia e ir à China e fazer a nossa própria análise, como os chineses fazem, olhando o mundo a partir da sua perspectiva, se colocando no centro e vendo quais são seus interesses.

E, aí, eventualmente, colocar o Brasil mais ao centro do mundo, tentando trazer o mapa - não achei nenhum mapa com o Brasil no centro do mundo, mas podemos começar a propor que a nossa indústria editorial produza um mapa com o Brasil no centro do mundo - e, talvez, olhando o mundo de outra forma, colocando o Brasil para cima, e não o Brasil para baixo. Por que o Brasil tem que ser na parte de baixo do mapa? Pode ser o Brasil com um mapa na parte de cima. E aí temos outra maneira de ver o mundo. Então, não temos que "subir" para a Disneylândia, podemos "descer" para a Disneylândia. Podemos ver o mundo de outra forma. O extremo oriente, o extremo asiático, o extremo leste não é, por quê? Depende da maneira como a gente olha o mundo. Se a gente for para o espaço, o marciano não vai olhar da mesma maneira que a gente olha o mundo aqui.

Isto que eu acho que é um desafio para nós hoje no século XXI: olhar o mundo de uma outra forma.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) - Agradeço muito ao Dr. Alexandre Ratsuo Uehara pelo seu posicionamento e pela beleza da sua apresentação.

Recebemos alguns questionamentos dos internautas. Gostaria de passar aos senhores aqui. Algumas são muito óbvias; outras, não.

Esta é uma pergunta de Adair Savoia, do Rio Grande do Sul: "Exportamos para a China (ferro, soja) e ficamos com problemas; por exemplo, transformam o minério em aço e vendem para os Estados Unidos com preço menor. Além disso, no Rio Grande do Sul, a indústria calçadista foi quase extinta! Que medidas serão tomadas para garantir o emprego e a renda dos brasileiros? Grato."

Para cada um farei uma pergunta.

O SR. OLIVER STUENKEL - Olha, eu acredito que a gente precisa reconhecer que a estrutura, o tipo de comércio com a China certamente traz riscos também, riscos de desindustrialização para o Brasil, mas, de certa maneira, isso não é culpa da China; é muito mais a baixa produtividade aqui no Brasil. Então, isso é um desafio interno, que precisa ser encarado, que precisa ser priorizado, mas também é preciso trazer isso nos debates, as oportunidades que o governo brasileiro tem, nas suas interações com o governo chinês, para assegurar que isso seja uma interação mutuamente benéfica.

O próximo Presidente ou a próxima Presidente do Brasil terá o privilégio de ser também Presidente ou Presidenta do grupo BRICS por um ano, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Em outubro vai acontecer, aqui em Brasília, a 11ª Cúpula do BRICS, com a presença de Xi Jinping, do Presidente também da Rússia, do Primeiro-Ministro da Índia e do Presidente da África do Sul, além dos presidentes da Aliança do Pacífico e do Mercosul, uma grande oportunidade para apresentar as propostas do próximo governo.

Mas esses encontros também precisam ser momentos em que o governo articula claramente quais são os objetivos estratégicos dessa relação, o que o Brasil quer na relação com a China. Um deles claramente tem que ser o de assegurar que essa relação também traga não só benefícios financeiros ao Brasil, mas que também permita que o Brasil possa continuar seu processo de industrialização ou parar o processo de desindustrialização. A próxima oportunidade que o Presidente Temer tem, acredito que no dia 20 ou 21 de julho, é no encontro com Xi Jinping na 10ª Cúpula do BRICS.

Então, esse é um tema que me parece realmente importante e que tem um impacto grande sobre a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) - Obrigado.

A SRª BRUNA FURLAN (PSDB - SP) - Inclusive, Presidente, o livro do professor sobre os BRICS eu recomendo. Eu tenho o livro!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) - Eu vou fazer o seguinte: eu vou fazer umas cinco perguntas, porque há realmente um *mix* entre elas, e aí eu passo a vocês.

Pergunta do Silvio Ribas, do Distrito Federal: "O que se pode fazer para viabilizar o investimento chinês na infraestrutura ferroviária? Não é um absurdo estarmos diante do desejo de investidores da China de fazer a ligação férrea do Brasil com o Pacífico, até portos do Peru, e isso não deslancha nunca?"

Ricardo Vaz, do Distrito Federal: "Eu gostaria de saber a opinião dos senhores sobre a recente restrição da China em relação à exportação de frangos do Brasil, já que o país é o maior parceiro de *commodities*."

Uma próxima: "Quais são os perigos que o Brasil corre ao se distanciar de um parceiro econômico como a China (uma pauta considerada por alguns candidatos à Presidência)? Qual será o impacto na recente taxa que a China impôs ao frango brasileiro? Isso pode se estender para outros produtos?"

A terceira pergunta: "Meu nome é Leonardo [...] e gostaria muito de saber se o Brasil, saindo de tão severa e violenta recessão econômica, tem alguma condição de responder 'à altura' às hostilidades comerciais [internacionais] que vem recebendo."

"Mar da China ou Mar do Japão, o importante é dar uma atenção para todo o avanço dos asiáticos e, em especial, para a Península da Coreia. É imprescindível" - isso é uma afirmação - "abrir novas frentes, realizar pontes e iniciar ou dar continuidade aos diálogos para um entendimento mútuo."

Uma última pergunta: "O Brasil deve ficar neutro nessas questões. É muito ruim ser inimigo dos chineses, o país mais populoso do mundo, a segunda maior economia do Planeta e o maior investidor em nosso País e futura economia do mundo em breve! Potência econômica e bélica!" Como devemos nos posicionar em relação à China e ao Estados Unidos?

E há uma última pergunta, do Leonardo de Cerqueira, de São Paulo: "[...] gostaria de saber quais são as razões/causas que motivam os países, como os Estados Unidos e a China, a tratarem as relações comerciais com o Brasil com tanta hostilidade."

São essas as perguntas. Não sei se deu para fazer um *mix*.

O SR. ALEXANDRE RATSUO UEHARA - Bem, vou tentar comentar algumas coisas.

Sobre o aspecto do comércio internacional, eu trabalhei alguns anos nessa área de comércio internacional, e uma das coisas para a qual devemos chamar atenção para a posição brasileira no comércio internacional é a necessidade de termos um plano de médio e longo prazo para sabermos o que nós queremos do Brasil. Em termos de indústria, tivemos no passado um problema sério com o desinvestimento de muitas, como foi mencionado, indústrias que foram - as calçadistas por exemplo - que foram para a China, mas o problema eu acho que não é só o calçado. O problema não é o calçado; o problema é saber o que nós queremos do Brasil.

Eu acompanhei o nosso comércio com a China lá, nos anos 90, quando começou a se intensificar, e uma das coisas interessantes que nós tínhamos - e não há nenhuma crítica à China; eu creio que é uma crítica a nós, o Brasil - que estabelecer era o que nós queríamos em termos de comércio. Quando nós começamos a nossa relação com a China, nós exportávamos motores de carros, a Volkswagen exportava motores de carro daqui para a China; nós exportávamos descompressores da Brastemp lá para a China; vários produtos com maior valor agregado. Inclusive, no caso da soja, a soja já triturada e, às vezes, o óleo nós exportávamos para a China, e, ao longo do tempo, nós perdemos esse mercado. Por quê? Porque os chineses perceberam que, estabelecendo regras ao comércio favoráveis ao interesse chinês, era mais interessante montar os motores na China, era mais interessante fazer o esmagamento da soja na China. E não é que o chinês estava errado; o chinês está certo. O problema é nós aqui ainda não termos conseguido contornar essas ações e manter a nossa exportação de produtos de maior valor agregado para a China.

Então, creio que um desafio grande - uma lição de casa para nós - é nós nos posicionarmos em relação ao que queremos para o Brasil daqui pra frente.

Uma das questões que eu também costumo questionar é a nossa produção automobilística. As montadoras são uma indústria importante no Brasil, têm feito investimentos importantes no Brasil, só que nós estamos discutindo carros a combustão, enquanto o mundo está discutindo carros elétricos ou com outras alternativas. Lá nos anos 40, 50, 60, nós recebíamos aqui muitas vezes as indústrias que já não eram interessantes nos países desenvolvidos, mas hoje não precisa ser assim. Eu creio que a gente pode pensar de maneira diferente. Tanto é que, quando há lançamento de filmes, um filme que acontece lá nos Estados Unidos, acontece aqui também na mesma semana, ou às vezes até vem aqui para o nosso mercado antes de fazer o lançamento fora.

Então, nós temos um mercado, nós somos importantes, nós temos uma economia. Ainda que estejamos, neste momento, passando por uma dificuldade de crescimento econômico - estamos saindo de uma recessão -, nós temos que pensar, fazer planejamento de longo prazo, para que, aí, sim, consigamos perceber se é interessante ou o que é interessante disputarmos com a China, o que é interessante levarmos para a OMC. Será que os países são realmente hostis conosco ou será que nós é que não estamos sabendo nos defender muito ou vender o nosso peixe?

Houve uma coisa num dos eventos de que participei - só para finalizar meu comentário agora - que eu sempre menciono também nas minhas aulas: um exportador do Brasil foi para uma feira de alimentos na Ásia, na Coreia, na época, e levou um carregamento de rapaduras. Aí perguntaram para esse exportador: "O que você vai fazer com rapadura em Seul? Ninguém vai comer rapadura lá. Rapadura é uma coisa do Nordeste do Brasil, aqui". E ele levou a rapadura para lá, montou seu estande e fez o maior sucesso. Depois, ele vendeu contêineres de rapadura para o Nordeste.

Qual é a moral da história aqui? Muitas vezes, nós temos muitos produtos no Brasil de qualidade, bons, que o mundo não conhece, e nós ficamos, às vezes, batendo, dando murro em ponta de faca, querendo competir com algumas coisas com que nós não conseguimos competir lá fora. Temos muitas coisas boas com que podemos competir, só que o mundo não conhece ainda, como não conhecia a rapadura. Tem muita gente lá fora querendo comer rapadura, e a gente não vendeu rapadura ainda porque as pessoas não conheciam. Então, é lógico que não precisamos vender rapadura, mas podemos vender muita coisa boa que o Brasil tem, desde que a gente comece a mostrar para o mundo aquilo que também nós temos de bom, de tecnologia.

Durante muito tempo - vou puxar um pouco a brasa para a minha sardinha -, os japoneses não sabiam que a Embraer era uma empresa brasileira de alta tecnologia. Ainda ficavam pensando no café, no frango, e não sabiam da Embraer, não sabiam da tecnologia embarcada nesse produto. As pessoas não conheciam. Hoje já conhecem, já compraram até aviões.

Mas, enfim, acho que nós temos que ter um pouco mais de ousadia no nosso mercado internacional, nas exportações dos produtos que nós temos aqui, e, principalmente, tentar elevar o valor agregado dos nossos produtos que exportamos hoje.

O SR. OLIVER STUENKEL - Apenas para agregar ao que eu já disse sobre o tema, a gente vê claramente uma politização do comércio; o sistema multilateral de comércio global vê grandes ameaças, e há, certamente, elementos políticos na decisão chinesa de impor sobretaxas contra o frango brasileiro. Isso ocorre também num contexto em que o governo americano pressiona o governo chinês a aceitar mais frango dos Estados Unidos. Ou seja, isso faz parte de um contexto de grandes potências de fato e também mostra que, apesar de fazer parte do BRICS, etc., essa relação é uma relação, para a China, como qualquer outra.

Existia, há alguns anos, essa questão da relação sul-sul, e existe toda uma retórica de que tudo aquilo é mutuamente benéfico, mas é preciso brigar também para assegurar que os produtores brasileiros tenham previsibilidade e acesso seguro ao mercado chinês. Isso é um tema muito importante. Eu acho que vários produtores perderam muito dinheiro em resposta a essa decisão chinesa.

Parece-me também, eu concordo, que é preciso desenvolver - acho que isso é um projeto nacional - uma estratégia mais clara do que o Brasil quer da China, qual é a estratégia a longo prazo. Certamente, parece-me que a diversificação de parcerias é fundamental. A gente tem, agora, vários pontos de instabilidade, acima de tudo no Ocidente, mas, como eu mostrei aqui, um possível conflito no Mar do Sul da China é uma realidade. Aqui, na América Latina, em função da ausência de guerras interestatais, a gente tem dificuldade de imaginar esse tipo de cenário, mas muitos historiadores, vários dos principais historiadores que estudaram a Primeira Guerra Mundial dizem que vários dos elementos presentes à época se reproduzem hoje na Ásia. De novo: há uma ausência institucional com vários elementos nacionalistas, com uma China que quer se consolidar como potência regional e com vários outros que podem bloquear - vamos dizer - uma consolidação chinesa com o Japão.

Então, existe também um perigo em depender excessivamente dessa região. É preciso tomar cuidado em relação a isso e aproveitar, talvez, uma janela de oportunidade para ter um debate pragmático e objetivo sobre esse tema antes que isso se torne um tema politizado.

Nossa relação com os Estados Unidos é totalmente politizada: se eu sou de esquerda, eu preciso ser contra os Estados Unidos; se sou de direita, preciso ser a favor do Estados Unidos. Isso com a China ainda não existe, a gente ainda consegue ter um debate bastante focado, e isso vai mudar. Daqui a 20, 30 anos, para ganhar uma eleição, um candidato vai falar mal da China. Isso vai mudar. É preciso avançar esse debate hoje.

E as afirmações que ainda eu escuto muito: "a China faz mal, o Brasil faz bem"; "cria emprego, destrói emprego". Obviamente, faz os dois: destrói alguns empregos e cria outros. É preciso, de fato, articular uma estratégia e, a partir dela, estruturar a relação bilateral com a China. Mas, novamente, estamos numa posição de desvantagem grande, simplesmente porque é tão difícil achar especialistas que podem, de fato, participar desse processo da articulação de uma estratégia em relação à China.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) - Eu gostaria de agradecer muito ao Dr. Oliver Stuenkel e ao Prof. Dr. Alexandre Ratsuo Uehara.

Vou passar a palavra à Bruna para o encerramento.

A SRª BRUNA FURLAN (PSDB - SP) - Muito obrigada, Presidente querido. Desculpe interrompê-lo, mas já me sinto em casa aqui. O Presidente Collor, sempre tão gentil, enquanto eu presidia a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, a Comissão Mista das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, a Comissão Especial que fez a Lei de Migração e a Comissão Especial que está fazendo uma lei para tratar e proteger dados *online* e *offline*. Na Câmara, nós, através de uma construção, através de diálogo, Presidente, aprovamos por unanimidade e estamos muito felizes por isso.

Eu só gostaria de dizer - até peço, se o Presidente Collor estiver assistindo, que ele me dê essa liberdade - que amanhã haverá uma eleição do comitê dos direitos das pessoas com deficiência, que vai atuar no mandato de 2019 a 2022. E o Brasil tem uma candidata, que é a Mara Gabrilli. Ela é publicitária, psicóloga, Deputada Federal, no Congresso brasileiro preside a Frente Parlamentar Mista de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, é membro da Frente Parlamentar Mista do Congresso Nacional em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, preside a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, na Câmara, e, durante dois anos, foi 3ª Secretária do Congresso Nacional. Ela também foi a responsável, no Brasil, pela regulamentação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Ela é Relatora e autora do texto final da Lei Brasileira de Inclusão.

A Deputada Mara Gabrilli é a primeira tetraplégica a assumir um mandato. Inclusive, na própria Câmara dos Deputados, não existia acessibilidade, mas, quando ela foi eleita para assumir um cargo na Mesa, a Câmara percebeu que não havia acessibilidade; se uma pessoa com deficiência ganhasse a eleição, não tinha condição de assumir. Quer dizer, se na Casa do povo não tem, onde vai ter?

Ela ficou tetraplégica com 26 anos, mas eu costumo dizer que ela é a tetraplégica que mais se movimenta que eu conheço. É uma pessoa muito especial, de coração muito bom, e eu gostaria, para os Embaixadores que estão aqui, para os que estão assistindo à Comissão, com humildade, de pedir a ajuda desses países para a Deputada Mara Gabrilli, porque eu tenho certeza de que, se for eleita, ela nos honrará com o seu trabalho, com a sua dinâmica e com toda a sua competência. Senador Pedro Chaves, muito obrigada e me desculpe pela intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PRB - MS) - Não há problema. Eu também reitero e ratifico. (*Fora do microfone.*) Peço a todos, então, esse apoio, porque ela merece. Realmente, é excelente Deputada. Com todas as limitações, ela se supera. É o fator da superação. Eu sempre digo que o homem vence na vida quando supera os seus limites, e ela consegue superar os seus limites. É uma maravilha mesmo!

Eu dou parabéns à Bruna por ter colocado isso.

Eu gostaria de fazer convocação para a próxima reunião antes de encerrarmos os trabalhos de hoje. Convoco as senhoras e os senhores e todos os Senadores membros desta Comissão para a próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 13 de junho, quarta-feira agora, às 10 horas, neste plenário.

Agradecendo mais uma vez a todos pela presença e pela audiência, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, especialmente aos nossos queridos convidados aqui, o Oliver e o Alexandre. Gostei muito!

(Iniciada às 18 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 15 minutos.)